

JUVENTUDE INDÍGENA DE RONDÔNIA E O USO DE GEOTECNOLOGIAS NA LUTA PELA PERMANÊNCIA EM SEUS TERRITÓRIOS

INDIGENOUS YOUTH OF RONDÔNIA AND THE USE OF GEOTECHNOLOGIES IN THE STRUGGLE TO REMAIN IN THEIR TERRITORIES

LA JUVENTUD INDÍGENA DE RONDÔNIA Y EL USO DE GEOTECNOLOGÍAS EN LA LUCHA POR PERMANECER EN SUS TERRITORIOS

João Bosco Salles da Silva Júnior
Universidade Federal de Rondônia
joaboscosalles12@gmail.com

Maria da Graças Silva Nascimento Silva
Universidade Federal de Rondônia
mgsnsilva@unir.br

Resumo:

Com a expansão da internet em nível global, vários espaços se interligam em uma grande teia, que transmite informações, reduz fronteiras e barreiras geográficas numa perspectiva virtual. Os jovens são o grupo social que tem o domínio e facilidade de uso das novas tecnologias. Considerando os jovens indígenas e as mídias digitais, a pesquisa tem o objetivo de abordar o protagonismo desse grupo no uso das ferramentas digitais, no viés decolonial, pela manutenção de seus territórios. A metodologia da pesquisa é de natureza qualitativa, amparada por revisão de literatura, bibliográfica e documental com recorte geográfico para as Terras Indígenas de Rondônia e atividade de campo. Os principais resultados indicam o manuseio das geotecnologias a partir dos próprios olhares da juventude indígena, emergindo como ferramentas decoloniais na luta pela permanência em seus territórios.

Palavras-chave: Protagonismo indígena, ferramentas decoloniais, Kaxarari, direito territorial.

Terra Livre

São Paulo

Ano 40, v.1, n.64, jan-jun 2025

ISSN: 2674-8355



Este trabalho está licenciado com <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

Abstract: With the global expansion of the internet, various spaces are interconnected in a large web that transmits information and reduces borders and geographical barriers in a virtual perspective. Young people are the social group that has mastery and ease of use of new technologies. Considering indigenous youth and digital media, the research aims to address the protagonism of this group in the use of digital tools, from a decolonial perspective, for the maintenance of their territories. The research methodology is qualitative in nature, supported by a review of literature, bibliography, and documentation with a geographical focus on the Indigenous Lands of Rondônia and fieldwork. The main results indicate the use of geotechnologies from the perspective of indigenous youth themselves, emerging as decolonial tools in the struggle to remain in their territories.

Keywords: Indigenous protagonism, decolonial tools, Kaxarari, territorial rights.

Resumen: Con la expansión de Internet a nivel mundial, varios espacios se interconectan en una gran red que transmite información y reduce las fronteras y barreras geográficas desde una perspectiva virtual. Los jóvenes son el grupo social que domina y utiliza con facilidad las nuevas tecnologías. Teniendo en cuenta a los jóvenes indígenas y los medios digitales, la investigación tiene como objetivo abordar el protagonismo de este grupo en el uso de las herramientas digitales, desde una perspectiva descolonial, para la conservación de sus territorios. La metodología de la investigación es de naturaleza cualitativa, respaldada por una revisión de la literatura, bibliográfica y documental con un enfoque geográfico en las Tierras Indígenas de Rondonia y actividades de campo. Los principales resultados indican el manejo de las geotecnologías desde la propia perspectiva de la juventud indígena, emergiendo como herramientas decoloniales en la lucha por la permanencia en sus territorios.

Palabras clave: Protagonismo indígena, herramientas decoloniales, Kaxarari, derecho territorial.

Introdução

A evolução dos processos tecnológicos durante a história da humanidade condiciona as transformações da sociedade e da paisagem natural. Nessa trajetória, o espaço geográfico é moldado com novos arranjos territoriais e socioespaciais, a partir de uma revolução tecnológica em nome do progresso coletivo e do bem da humanidade.

As novas concepções de uso do solo redefinem o direito à terra, legislações pertinentes e áreas preservadas. Com o tempo, surgem alguns retrocessos nas políticas territoriais, impulsionadas por bancadas parlamentares brasileiras que consideram a terra somente como mercadoria a ser explorada.

A exemplo, a tese do Marco Temporal (PL 490/07), apoiada pela bancada ruralista, advoga que os indígenas só têm direito a suas terras se estas foram homologadas até 05 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal (Brasil, 2016), ou seja, os povos indígenas já deveriam estar na ocupação de seus territórios nesta data (Ciscati, 2021).

Práticas como a da citada tese provocam a alteração das legislações, em benefício de uma determinada camada social, para atender a seus próprios interesses capitais, em detrimento de quem vive na e pela natureza. Esse discurso tem viés colonial, conforme aponta Quijano (2005), na colonialidade do poder, ou seja, um pensamento que desvaloriza as vidas e os corpos de sujeitos colonizados, os quais são considerados inferiores e divergentes daquele que julgam ser o modelo central de civilização - a Europa.

Novas possibilidades despontam através da inserção de novas tecnologias e potencializam a mudança de paradigmas sobre o olhar

colonial para os modos de vida de grupos sociais antes invisibilizados, como as populações tradicionais. Se, antes, as ferramentas midiáticas eram vistas com desconfiança pelos povos indígenas, agora são acessadas e ressignificadas a partir de suas lentes, como processo de resistência cultural.

É a juventude que se apodera, domina e tem facilidade com o uso de novas tecnologias. Nesse grupo social, destaca-se o espírito desbravador, aventureiro, inovador, inclusivo, a inserção interativa e novas descobertas. Na perspectiva da juventude indígena, em relação às gerações anteriores, é perceptível a diferença em seus posicionamentos quanto à luta pelos seus direitos. Hoje, esse processo é fortalecido pelas ferramentas digitais.

Diante do contexto apresentado, o objetivo deste estudo é analisar o uso das novas tecnologias pela juventude indígena na luta pela permanência em seus territórios, pelo viés decolonial.

Percebeu-se, na atividade, o protagonismo da juventude indígena com destreza, aprendizado, domínio e uso das ferramentas digitais e como, a partir de suas próprias lentes, a ressignificação dessas ferramentas se configura como importante mecanismo na luta em defesa de seus direitos.

A pesquisa é de natureza qualitativa, amparada pelo método fenomenológico, revisão de literatura em artigos, teses, dissertações, documentos, evidenciando a temática de tecnologia e povos indígenas de Rondônia, além da metodologia de roda de conversa na atividade de campo no Território Indígena Kaxarari, situado no Distrito de Extrema, em Porto Velho-RO.

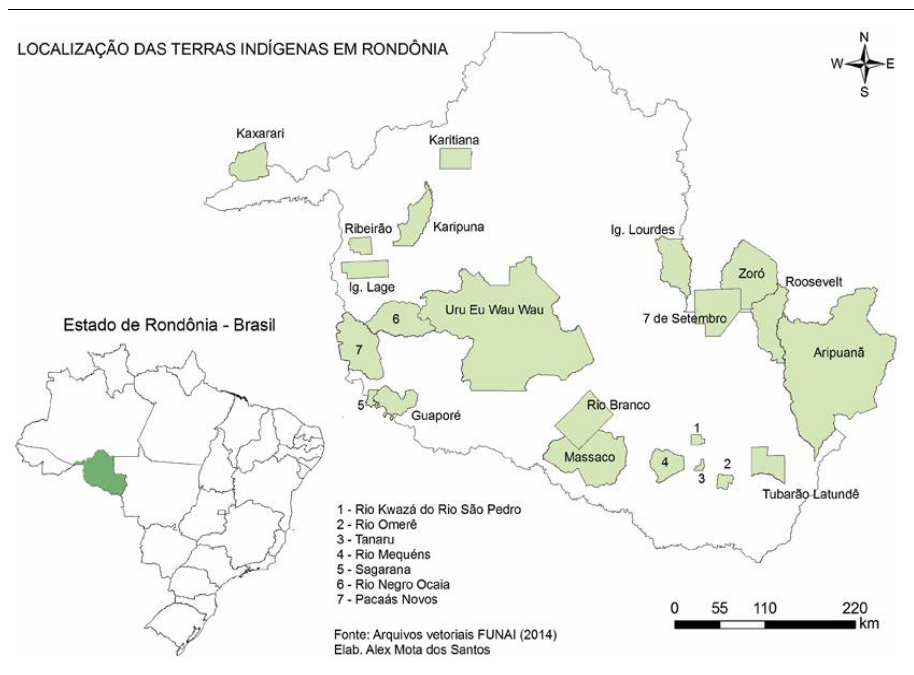
Como contribuição, a pesquisa destaca a importância e o protagonismo de jovens indígenas na luta pela defesa de seus territórios e como o uso de mídias digitais pode desnaturalizar o pensamento

colonial, que invisibiliza, neutraliza e subalterniza as epistemologias e modos de vidas dos povos indígenas e, assim, contemplar a ciência geográfica com leituras epistemológicas antes invisibilizadas.

Procedimentos metodológicos

A área de estudo compreende o recorte geográfico das Terras Indígenas de Rondônia (Figura 1).

Figura 1: Localização das Terras Indígenas de RO



Fonte: Gomide e Santos (2015, p. 56).

De acordo com dados do último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2022), Rondônia tem 21.153 pessoas indígenas; considerando-se a Amazônia Legal, é o 4º estado do país e o 3º da Região Norte a abrigar mais povos indígenas,

com um total de 29 povos, conforme registros do Instituto Socioambiental (ISA) (2024).

As terras indígenas de Rondônia em que já são desenvolvidos trabalhos significativos de monitoramento territorial com geotecnologias a partir de suas juventudes são as das etnias Jupauí (Uru-Eu-Wau-Wau/Gov. Jorge Teixeira), Paiter Suruí (Sete de Setembro/Cacoal) e Gavião (Igarapé Lourdes/Ji-Paraná).

O estudo apresenta abordagem qualitativa, com leitura teórico metodológica a partir da fenomenologia da percepção (Merleau-Ponty, 1999) por entender que a compreensão do fenômeno em foco visa elencar as contribuições dos modos de vida das sociedades indígenas e seus olhares para a realidade, de acordo com seus modos de vida e relação com a natureza.

Para a compreensão do método, entende-se por fenômeno tudo aquilo que aparece diante de si. Cada indivíduo entende a realidade dos fenômenos de forma diferenciada e, assim, enxerga o mundo de forma muito própria e particular.

Os fenômenos são apresentados de acordo com os sentidos humanos. Ninguém pensa igual. As pessoas não sentem as coisas da mesma maneira: beber, comer, ver, sentir, tocar... são modos de enxergar e sentir o mundo diferente. Cada pessoa tem sua realidade, leitura e visão de mundo. O corpo apresenta e mostra o mundo para cada um. Silva e Santos (2021) assim explicam o significado de fenômeno:

Ordinariamente, fenômeno é tudo aquilo que se mostra, tudo aquilo que aparece para a percepção. Todavia, nem tudo que se mostra é realmente o núcleo, a essência, aquilo que de fato o fenômeno é. (Silva; Santos, 2022, p. 141).

O sentido da fenomenologia está em cada pessoa, na maneira de perceber e na imagem que se constrói do mundo vivido na relação espaço-tempo. Logo, a partir da fenomenologia, a relação do ser humano com a natureza passa a ser percebida como um fenômeno que ocorre através da percepção (Lencioni, 2003).

De acordo com a fenomenologia, o comportamento humano se fundamenta em imagens subjetivas do mundo, construídas de acordo com a dinâmica de mundo vivido (Buttimer, 1982). Esta construção ocorre a partir da percepção do indivíduo sobre os fenômenos e não no conhecimento objetivo do mundo real (Lencioni, 2003).

Desse modo, a fenomenologia trabalha na concepção das leituras de mundos por meio do que se apresenta diante de si. Essas representações são muito particulares e de acordo com as percepções, subjetividades e vivências das interações socioespaciais.

Para os povos indígenas, o território possui uma relação indissociável, uma interdependência mútua que constitui a base de suas sobrevivências. É preciso o respeito a cada interpretação da construção da realidade dos sujeitos, suas territorialidades e as formas de organização espacial.

Nessa condição, a fenomenologia proporciona abordagens interseccionadas ao espaço geográfico, o ambiente, evidenciando o mundo vivido, percebido e imaginado pelos indivíduos. São geradas novas perspectivas de trabalho em análise das categorias geográficas como território, espaço, lugar, paisagem e região.

A pesquisa de campo geográfica gera observações que podem ser empíricas e sistematizadas através do olhar e do lugar do “outro”, proporcionando a compreensão dos fenômenos a partir de suas

vivências e percepções do externo que se apresenta (Suertegaray, 2002).

A atividade de campo realizada foi o I Encontro da Juventude Indígena Kaxarari (maio/2024, Aldeia Barrinha), com o objetivo de discutir sobre a importância das tecnologias digitais a partir das percepções da própria juventude indígena, bem como as possibilidades de articulação das ferramentas na defesa de seus direitos, empoderamento e resistência cultural.

O estudo é contemplado por revisão bibliográfica - envolvendo artigos, teses, dissertações, livros - e trabalho de campo, com aplicação de entrevistas às lideranças indígenas, bem como realização de roda de conversa com as juventudes.

A roda de conversa como metodologia foi utilizada no diálogo realizado com os jovens indígenas da Terra Indígena Kaxarari, no distrito de Extrema-RO. O planejamento foi pensado a partir de observações em visitas anteriores ao território, considerando-se que a conversa com os jovens flui de maneira positiva quando estão em grupo, informalmente, ao invés de uma entrevista individual, com questionário, que inibe o contato. A esse respeito, Moura e Lima (2014) dizem que:

Nas rodas de conversa, o diálogo é um momento singular de partilha, porque pressupõe um exercício de escuta e de fala, em que se agregam vários interlocutores, e os momentos de escuta são mais numerosos do que os de fala (Moura; Lima, 2014, p. 100).

A roda de conversa estimula uma participação coletiva no diálogo/debate sobre determinada temática: os sujeitos se expressam, escutam seus pares e a si mesmos. Isso permite um exercício reflexivo, ativa algumas memórias, socializar saberes e a

troca de experiências, conversas, divulgação e conhecimento entre os envolvidos, levando-os a reconstruir novas leituras e visibilidade dos fenômenos (Moura lima, 2014). São bases epistemológicas produzidas que contemplam a ciência geográfica na relação espaço, ambiente e tempo.

É preciso considerar os conhecimentos e as percepções das pessoas sobre a inserção e os modos de usos das novas tecnologias. Nesse sentido, foi trabalhado o uso de instrumentos geotecnológicos como drone, celular, aplicativos, Sistema de Posicionamento Global (*Global Positioning System* - GPS), com o intuito de evidenciar sua importância como instrumentos na luta e preservação de seus territórios.

Tecnologias digitais e povos indígenas: um aspecto decolonial

De acordo com Pereira (2020), a evolução dos processos tecnológicos atua sobre o espaço geográfico, o meio natural, e gera transformações técnicas vinculadas à dependência da natureza. Com o início da Revolução Industrial, no século XVIII, o meio técnico é caracterizado pela mecanização e inserção de novas tecnologias no meio produtivo, atuando na paisagem com novos arranjos territoriais.

Assim, o meio científico informacional é o momento da união entre técnica e ciência em prol do mercado, com avanços tecnológicos e de comunicação, consolidando o processo de globalização - a grande rede. É o conceito que Santos (2008) apresenta como meio técnico científico informacional na transformação da natureza natural para artificializada:

O meio técnico-científico-informacional é um meio geográfico onde o território inclui obrigatoriamente ciência, tecnologia e informação. Paralelamente, se instala um novo sistema de natureza. Nesse mundo, a primeira natureza que conta não é mais a natureza natural, mas, sim, a natureza já artificializada. O meio técnico-científico-informacional é a nova cara do espaço e do tempo. É aí que se instalam as atividades hegemônicas, aquelas que têm relações mais longínquas e participam do comércio internacional, fazendo com que determinados lugares se tornem mundiais (Santos, 2008, p. 20–21).

A expansão global tecnológica espelhada pela internet configura uma grande teia, ligando espaços e transmitindo informações dinâmicas, que reduz fronteiras e barreiras geográficas numa perspectiva virtual.

Pereira (2023) discorre sobre a inserção dos povos ameríndios na cultura digital. Mesmo não havendo estudos sobre a mensuração da margem de alcance da internet nas aldeias indígenas, diversas experiências significativas indicam uma tendência inovadora no uso das práticas midiáticas por essa população, o que potencializa o fortalecimento dos seus patrimônios culturais, bem como traz visibilidade aos saberes e culturas locais.

Em meio a todas as dificuldades e entraves geográficos existentes nesses espaços para receber uma infraestrutura que permita o acesso à internet e democratizar a inclusão digital, a conectividade está acontecendo. Os indígenas se interligam em redes com outros sujeitos e, assim, disseminam suas histórias e saberes pela sua própria oratória e escrita, quebrando estereótipos de senso comum enraizados na sociedade sobre os seus modos de vida.

É um processo de ressignificação das ferramentas digitais condicionadas às cosmologias indígenas, suas interpretações e leituras de mundo. Portanto, é desnaturalizar o pensamento abissal

que Boaventura Santos (2007) já discutia como o pensamento moderno ocidental, que se intitula hegemônico, real, proclama-se como o “deste lado da linha” e considera inexistentes os que estão do “outro lado da linha”. Nas palavras do autor,

O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que estas últimas fundamentam as primeiras. As distinções invisíveis são estabelecidas por meio de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o “deste lado da linha” e o “do outro lado da linha”. A divisão é tal que “o outro lado da linha” desaparece como realidade, torna-se inexistente e é mesmo produzido como inexistente. (...) A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha. O universo “deste lado da linha” só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante: para além da linha há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética (Santos, 2007, p. 71).

Na mesma perspectiva apresentada por Boaventura Santos (2007), o sociólogo Aníbal Quijano (2005) chama atenção para a colonialidade do poder a partir da lógica do pensamento capitalista, centrado na cultura eurocêntrica, branca, patriarcal, masculina e cristã, em que os indivíduos se auto intitulam como seres iluminados e superiores. Quem não está contemplado por esses atributos é considerado inferior, inútil, subalterno e rudimentar. Quijano (2005) reforça que todo esse discurso também induz à colonialidade do saber. Seus estudos se caracterizam por uma perspectiva de mundo a partir da América Latina.

Desse modo, um processo de opressão atinge os povos da Amazônia, seja no poder ou saber; grupos sociais sofrem, com veemência, esse processo opressor, tais como as mulheres negras, os

povos tradicionais, as pessoas LGBTQIA+, as pessoas com deficiência, dentre outras, que são subjugados como minoria pela classe elitista. Como possibilidade para se desprender dessa amarra colonial, emerge o confronto epistemológico pelo viés do pensamento decolonial.

Mas o que seria esse pensamento decolonial? Nas palavras de Nascimento (2021), o termo adota uma postura crítica em relação às teorias da modernidade, visto que a colonialidade molda a sociedade contemporânea. Questionar as relações de poder que dão base ao capitalismo pode promover estratégias para transformar a realidade e tensionar os modelos eurocêntricos que condicionam a colonização dos modos de ser e de se reconhecer das pessoas. De acordo com o autor,

A decolonialidade propõe um engajamento crítico contra as teorias da modernidade por entender que a colonialidade é parte constitutiva desse projeto de sociedade. A proposta decolonial, nesse sentido, vai desde uma crítica da colonialidade até a proposta de construção de um movimento insurgente capaz de romper com a base epistêmica moderna (Nascimento, 2021, p. 58).

Essa concepção se insere nas sociedades indígenas a partir do levante no protagonismo do movimento das juventudes indígenas, do qual emergem ações para um pensamento decolonial. Esta seria a maneira de se desprender da lógica do pensamento capitalista sob uma única perspectiva de mundo, fazendo ecoar as vozes e caminhos da pluridiversidade (Mignolo, 2007).

Pensar e respeitar o outro abre possibilidades epistemológicas e heterogêneas, que contribuem para a ciência com novas interpretações e leituras de mundo. Nesse sentido, no uso

de novas tecnologias, os jovens indígenas estão ressignificando o uso das ferramentas na perspectiva decolonial. Como aspecto positivo, as redes sociais de comunicação além de compartilhar culturas, ideias e tradições destes povos, potencializam a aproximação entre as etnias e fortalecem o discurso coletivo e atribui identificação com as realidades (Almeida, 2023).

É importante evidenciar o trabalho de algumas jovens lideranças indígenas na luta pelos direitos de seus povos. A exemplo, Txai Suruí, ativista e influenciadora digital do povo Paiter Suruí de Cacoal-RO, através das mídias sociais, bem como participação em debates, vem discorrendo sobre os impactos das mudanças climáticas e a articulação dos movimentos na expansão da luta pelos direitos dos povos originários. Em entrevista a Sollito (2022), a citada ativista disse:

[...] as redes sociais são um instrumento de luta. A gente usa como forma de proteção da nossa cultura. Tradicionalmente, passamos o conhecimento de forma oral. Mas hoje, podemos gravar um vídeo de uma história que meu pai está contando. (...). Também usamos como maneira de denunciar o que está acontecendo aqui. (...) A internet também é um instrumento de articulação. (Txai Suruí. Entrevista concedida a Sollitto. Veja [online, 22 jan. 2022, n. p]).

O professor indígena Gersem Luciano, do povo Baniwa, dialoga sobre a importância da inserção tecnológica na vida dos povos indígenas, destacando o protagonismo desse grupo na luta e defesa de seus direitos territoriais com base na apropriação dos aparatos digitais:

Com eles, os povos indígenas cada vez mais estão superando a invisibilidade social, principal causa

da ignorância, do preconceito e da discriminação. O processo de apropriação das tecnologias e de outros conhecimentos próprios da modernidade está possibilitando que esses povos reorientem e planejem seus futuros, reafirmando e fortalecendo os seus próprios conhecimentos. De acordo com essa perspectiva histórica, os recursos tecnológicos e digitais representam novas possibilidades de recuperação e de consolidação dos processos autônomos dos povos indígenas, na medida em que, efetivamente, podem contribuir decisivamente para a autogestão de seus territórios e para a sustentabilidade de seus projetos sociopolíticos, econômicos e espirituais. (Luciano, 2006, p. 91-92).

Monitoramento territorial indígena: defender-se para sobreviver

A Fundação Nacional do Índio¹ (Funai), amparada pelo art. 231 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 2016), garante o usufruto exclusivo da propriedade territorial aos povos originários, e discorre sobre o monitoramento territorial em terras indígenas, com foco na proteção (Funai, 2020).

As ações de monitoramento podem ser de controle - como a fiscalização - ou de prevenção - como capacitação, monitoramento de focos de calor e planos de proteção. São ações que utilizam técnicas de sensoriamento remoto e diagnósticos *in loco* na coleta dos dados e informações (Funai, 2020).

Com a análise do Relatório *Violência contra os Povos Indígenas no Brasil*, publicado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em 2020, ficou evidente que o governo federal de Bolsonaro foi omissivo e conivente com uma política de invisibilidade e não proteção às comunidades indígenas, incentivando práticas

¹ Através da Medida Provisória 1.154 de 1º de janeiro de 2023, a Funai passou a ser denominada Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

ilícitas e agressoras ao meio ambiente; ademais, com a revogação de artigos da legislação ambiental, deu permissividade à ilegalidade. Há de se pontuar que, ainda mais grave, foi a crise sanitária da Covid-19, que chegou às aldeias através de invasores e dizimou inúmeras pessoas.

O Relatório também evidencia práticas ilícitas mais usuais nesses espaços - como a exploração das terras - realizadas por grupos de invasores, madeireiros, garimpeiros, caçadores, pescadores ilegais, fazendeiros e grileiros; dentre as ações desses grupos, as mais efetivadas são a apropriação ilegal da madeira e a devastação e assoreamento dos recursos hídricos pela prática do garimpo.

É emergente a apropriação dos aparatos tecnológicos pelos povos indígenas devido aos conflitos que assolam e se intensificam nos territórios de Rondônia. A organização política agropecuária se fortaleceu e adentra os limites de terras indígenas, criando rotas de acesso floresta adentro e provocam o desmatamento com queimadas, atingindo toda a biodiversidade e os castanhais, que são uma das principais atividades de subsistência desses povos (Baptista; Chaves; Cardozo, 2023).

As constantes pressões sofridas nos territórios indígenas espelham a omissão do Estado no combate a essas práticas agressivas em solo amazônico rondoniense. Nesse cenário, reforça-se a tese de que, como sujeitos de direito de seus territórios, garantidos pela Constituição Federal, em seu art. 231 (Brasil, 1988), os indígenas, cada vez mais, precisam se apoderar de conhecimento e ferramentas para que protagonizem a gestão territorial de suas áreas.

Em contraponto a práticas agressivas aos territórios, há bons trabalhos realizados por organizações não governamentais,

como a WWF-Brasil (Fundo Mundial para a Natureza), que trabalham principalmente em áreas do Bioma amazônico, Cerrado e Pantanal, com mais atenção na preservação da natureza e redução do impacto humano no meio ambiente. Em Rondônia, destaca-se o trabalho realizado pela citada instituição em parceria com a Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, que já atua no estado há 30 anos, sob coordenação de sua idealizadora, Neidinha Suruí, e tem como missão a luta pelos direitos dos povos indígenas.

O monitoramento e defesa territorial possibilitam construir uma base de apoio e proteção em amparo a essas comunidades. Nesse sentido, instituições como a Kanindé desenvolvem trabalhos extraordinários no que diz respeito a diferentes formas de proteção ambiental.

Convém destacar as dificuldades geradas a partir desses movimentos e as atribulações para se chegar, de fato, aos territórios indígenas dentro do Estado, pois toda logística necessária para compor uma pequena atividade/oficina leva tempo e necessita de apoio, além das ameaças aos próprios trabalhadores que lutam em defesa do meio ambiente.

Diante disso, o uso de tecnologias que proporcionem o monitoramento se faz presente em aparatos como drones, celulares e GPS. Com essa apropriação, os indígenas realizam fiscalizações no dia-a-dia, além de usar outros equipamentos para fotografar e gravar vídeos bem proveitosos.

Nessa atividade, as finalidades se diversificam: demarcação de terras, gestão territorial e mapeamento etnoambiental, identificar desflorestamento, queimadas, grupos de invasores, além da composição de provas documentais para apresentar aos órgãos públicos.

O protagonismo da juventude indígena de Rondônia

A inserção de tecnologias nas aldeias indígenas tem sido apontada como forma de aculturação, que, de acordo com Sousa (2022), é o processo onde duas ou mais culturas são postas em contato direto. Assim, os elementos que pertencem a cada uma delas se misturam.

Muitas lideranças indígenas entendem o acesso às tecnologias como benéfico para o fortalecimento de suas culturas e tradições, no intuito de melhorar as condições de vida sem a perda de suas identidades e modos de vida. É a ressignificação dos instrumentos digitais a partir dos seus olhares.

Algumas aldeias indígenas de Rondônia dispõem de um serviço de internet que possibilita, de certa forma, uma inclusão digital mais democrática; a exemplo, citam-se as Terras Indígenas Igarapé Lourdes e Sete de Setembro, localizadas em Rondônia e Mato Grosso. Esses sistemas de comunicação e informação digital são necessários na luta pela defesa dos direitos territoriais dos povos indígenas.

O trabalho de monitoramento está evidenciando o protagonismo dos próprios indígenas, destacando-se a participação das juventudes, com o manuseio das ferramentas tecnológicas e fortalecendo as ações dentro de seus territórios. Um dos exemplos é o curso e as oficinas realizados em 2019, na parceria entre a WWF e a Kanindé, na Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, em Rondônia, em que os próprios indígenas aprenderam a pilotar drones e a usar ferramentas no apoio à gestão territorial e ao monitoramento.

Awapy, um jovem indígena Uru-Eu-Wau-Wau, falou sobre a importância de aprender e levar esse conhecimento aos parentes que têm facilidade para assimilar e dominar as tecnologias:

Antes, sem o drone, a gente dava de cara com os invasores nas atividades de monitoramento da Terra Indígena. E, muitas vezes, eles estavam armados. Agora, enviamos o drone para uma área a dois quilômetros, por exemplo, e vemos os acampamentos dos invasores, quantos eles são e se estão armados.... Localizamos com precisão, registramos e fazemos denúncias com imagens e Georreferenciamento (Awapy. WWF-Brasil, 2023).

Em uma das atividades de campo realizada em 2024, na Terra Indígena Kaxarari, no Distrito de Extrema, a 400km da capital Porto Velho-RO, pesquisadores do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) promoveram o I Encontro da Juventude Indígena Kaxarari.

Nessa ação, foi trabalhada a metodologia da roda de conversa, com a participação das juventudes das aldeias Barrinha, Marmelinho, Nova, Txacuby e Buritis. Inicialmente, para fluir a conversa, foi realizada a dinâmica de “passar a bola”: cada jovem presente ia passando de mão em mão o objeto, ao som de uma música tocada por celular. A pessoa que controlava o som ficava de costas, para não gerar nenhum tipo de benefício.

Cerca de 15 jovens, com faixa etária entre 13 e 16 anos, participaram das atividades; dentre eles estavam somente três meninas. De modo geral, esses jovens eram muito tímidos e a dinâmica para quebrar o gelo com o “passar da bola” foi importante para que eles participassem das atividades posteriores.

Foi um momento muito divertido, pois os jovens são muito alegres e davam risadas com muita facilidade, deixando o ambiente

bem contagiante. Ao final, a premiação foi uma caixa de chocolate, recebida por um dos meninos, que compartilhou os bombons com os demais participantes.

A atividade foi desenvolvida no pátio do posto de saúde da aldeia, que fica a uns 100 metros distante da maloca central e das casas da comunidade. Como foi um ambiente mais distante da presença dos adultos indígenas, os jovens se sentiram com mais liberdade e animados com o desenvolver das atividades propostas: exposições sobre redes sociais, ferramentas de comunicação, educação, novas tecnologias e geotecnologias para monitoramento e vigilância territorial.

Após a exposição dos assuntos, alguns jovens falaram das dificuldades de acesso à internet nas aldeias e como essa falta de estrutura limita o alcance da busca por cidadania, como é o caso do direito à educação; é muito difícil para um indígena Kaxarari concorrer a uma vaga na educação superior, visto que o processo de inscrição no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é virtual e nem sempre eles têm condições para se deslocar ao distrito de Extrema, devido às condições da estrada, falta de veículo, gasolina e recurso financeiro.

Os jovens indígenas entendem que a educação é o pilar de trabalho com tecnologias e, assim, é crucial garantir esse aprendizado e conhecimento para dialogar com a sociedade externa e alcançar as políticas públicas (que ainda são poucas) contempladas no território indígena.

Praticamente todo jovem indígena dispunha de um celular, o que facilitou a exposição de alguns aplicativos das redes sociais que, na atualidade, são canais de comunicação e divulgação de conteúdos diversificados, com vasta abrangência e alcance das fronteiras

geográficas. Suas percepções evidenciam que produzir conteúdo nas mídias digitais é promover e valorizar a divulgação de suas culturas e modos de vida.

As redes sociais mais utilizadas pelos jovens Kaxarari são o *Instagram*, *TikTok* e *WhatsApp*. Eles mencionaram que fazem pequenos conteúdos (vídeos) sobre o cotidiano das aldeias, com a intenção de mostrar suas forças como indígenas para o mundo lá fora; além disso, os jovens mantêm redes de contatos com grupos de outras etnias, em nível nacional, com destaque para os grupos do Acampamento Terra Livre (ATL) e do Movimento da Juventude Indígena de Rondônia, os quais são bem atuantes e ativos na luta pelos direitos dos povos indígenas.

Um dos rapazes da aldeia Barrinha falou sobre sua percepção acerca das tecnologias digitais e como sua utilização reflete em suas culturas e modos de vida. Para preservar a identidade desse jovem, utiliza-se, aqui, o codinome:

Na minha visão, as tecnologias é dar força para o povo indígena, mostrar sua força lá fora para as pessoas não indígenas, ver a força dos indígenas dentro das aldeias. Ver como é dentro da aldeia, ver a pintura, ver o artesanato (Andorinha, 2024).

Em sua fala, Andorinha destaca a valorização de suas culturas para além de seus territórios e como as redes sociais potencializam essa divulgação e ampliam suas forças e processos de resistência. Segundo Pinto (2019), um dos motivos da aliança dos povos indígenas aos aparatos tecnológicos é na busca de benefícios para suas aldeias.

Nesse sentido, as ferramentas digitais são entendidas como ferramentas decoloniais, que podem desconstruir a visão imposta pelo pensamento colonial sobre como devem viver e agir as

sociedades indígenas; além disso, tais ferramentas impulsionam os jovens indígenas a fortalecer seus processos de resistência cultural, rompendo estereótipos e democratizando a inclusão virtual desses povos.

Foi apresentado aos participantes o aplicativo *Alerta Indígena*, que utiliza geotecnologia, isto é, faz o registro de um ponto por coordenadas geográficas e, com essa espacialização, pode enviar alertas do registro de locais onde está acontecendo algum sinistro. O aplicativo registra fotos e os alertas são direcionados aos órgãos responsáveis, como o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Funai, dentre outros.

Ao fim das atividades, foi ministrada uma aula prática sobre o uso e importância do drone como ferramenta para registrar dados para vigilância e monitoramento territorial e ambiental. Os jovens indígenas manusearam os equipamentos e demonstraram destreza e habilidade com um aprendizado em tão curto período de tempo.

O jovem Andorinha, foi um dos que manuseou o drone e gostou da experiência, não tendo dificuldades para assimilar as instruções e, assim, fez o levantamento do voo e registros das imagens em tempo real do território, visto do alto, pelas lentes do celular acoplado ao controle remoto de operação do aparato tecnológico. Andorinha falou sobre essa experiência:

Não temos o costume de fazer vigilância, mas acharia interessante para saber sobre como é ver o nosso território, saber como é que está a divisão entre o povo indígena e o território dos brancos, e poder também ver os animais, os rios, as queimadas (Andorinha, 2024).

Diferentemente de outros povos de Rondônia mencionados, como os da Terra Igarapé Lourdes e Uru-Eu-Wau-Wau, os jovens

Kaxarari têm pouco contato com as geotecnologias; seus sistemas de monitoramento e vigilância do território ainda são tímidos e poucos realizados. Contudo, sabem que é necessário adquirir conhecimento e ter essas ferramentas para uma gestão melhor de suas terras e se munir contra a investida de madeireiros e fazendeiros, que são as pressões mais constantes no território indígena.

Considerações finais

É importante reconhecer que, para as comunidades indígenas, a tecnologia favorece a gestão e o monitoramento de seus territórios, ampliando e potencializando a defesa ambiental.

Para algumas lideranças indígenas participantes deste estudo, a inserção das novas tecnologias é válida, no sentido de potencializar e fortalecer suas raízes culturais. O uso desses recursos deve ser feito de maneira consciente, aproveitar suas funcionalidades, bem como o acesso à comunicação e à informação, além de gerar entretenimento e lazer.

Redes sociais, drones e outras ferramentas são acessórios da modernidade que podem promover a melhoria da qualidade de vida das sociedades indígenas a partir de seu protagonismo e ressignificação para afirmação de suas resistências e garantir a defesa e a preservação de seus territórios.

Os recursos naturais são finitos e estão deveras ameaçados. Infelizmente, a sociedade não se permite conhecer as histórias que envolvem povos e comunidades tradicionais e os benefícios que eles proporcionam ao meio ambiente com seus modos de vida; isso dificulta muito alguns esclarecimentos.

A floresta em pé é sinônimo de vida, de conexão entre ser e natureza, algo que está se separando ontologicamente. Nessa perspectiva, os jovens indígenas estão à frente pela garantia do equilíbrio ambiental, a partir de seus levantes no uso das tecnologias digitais, direcionando a articulação das atividades com seus próprios olhares e saberes.

Assim, por meio de ferramentas digitais na perspectiva decolonial, emergem possibilidades na luta dos povos indígenas pela afirmação, resistência cultural e permanência em seus territórios.

Referências

ALMEIDA, Caroline Soares. **Cultura indígena**: as mídias sociais como ferramenta decolonial e processo de resistência. 2023. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Gestão de Projetos Culturais) - Escola de Comunicações e Artes. Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: https://celacc.eca.usp.br/sites/default/files/tcc/caroline_soares_almeida-cultura_indigena_as_midias_sociais_como_ferramenta_decolonial_e_processo_de_resistencia_-_caroline_almeida.pdf. Acesso em: julho 2024.

BAPTISTA, Tainá Holanda Caldeira; CHAVES, Kena Azevedo; CARDOZO, Ivaneide Bandeira. Invasões na Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, do povo Jupaú. In: AGUIAR, Diana; SANTOS, Valéria Pereira (Coords.). **Agro é fogo**: grilagem, desmatamento e incêndios na Amazônia, Cerrado e Pantanal. ISA, 2023. Disponível em: <https://agroefogo.org.br/blog/2022/10/05/invasoes-na-terra-indigena-uru-eu-wau-wau-do-povo-jupau/#:~:text=Localizado%20no%20estado%20de%20Rond%C3%B4nia,Miguel%20do%20Guapor%C3%A9%20e%20Seringueiras.> Acesso em: fev. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016].

BUTTNER, Anne. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio. (Org.) **Perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, 1982.

CIMI - Conselho Indigenista Missionário **Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2020**. (Relatório). CIMI, 2020. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2021/11/relatorio-violencia-povos-indigenas-2020-cimi.pdf>. Acesso em: abril 2024.

CISCATI, Rafael. Entenda o marco temporal e como ele afeta os direitos dos povos indígenas. **Brasil de Direitos**, 26/08/2021. Disponível em: https://www.brasildedireitos.org.br/atualidades/o-que-o-marco-temporal-em-terras-indgenas-que-ser-julgado-pelo-stf/?gad_source=1&gclid=CjwKCAjwzMi_BhACEiwAX4YZUILji7ztmvFIYzxRo6SLB3va3oDCRgr3IioBn-1bOaSZ-IIPW1rnkxoCktAQAvD_BwE. Acesso em fev. 2025.

FUNAI - Fundação Nacional dos Povos Indígenas - **Proteção Territorial, fiscalização e monitoramento**. Brasília, DF: Funai/Ministério dos Povos Indígenas, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/fiscalizacao-e-monitoramento#:~:text=O%20monitoramento%20territorial%20das%20terras,Federal%20concede%20aos%20povos%20ind%C3%ADgenas>. Acesso abril 2025.

GOMIDE, Maria Lucia Cereda; SANTOS, Alex Mota dos. Registros das terras indígenas de Rondônia por meio de mapas mentais. **Rev. Cult. e Ext.** USP, São Paulo, n. 13, p. 55-63, maio 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rce/article/view/98487>. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9060.v13i0p55-63>

ISA - Instituto Socioambiental. Quem são os povos indígenas de Rondônia? Veja lista. In: ISA. **Terras Indígenas do Brasil - 2024**. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/223378>. Acesso em: fev. 2025.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: EDUSP, 2003.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. (Coleção Educação para Todos - 12).

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. 2. ed. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Tópicos).

MIGNOLO, Walter. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura - Un manifiesto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago e GROSFOGUEL, Ramón (Orgs.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007.

MOURA, Adriana Ferro; LIMA, Maria Glória. A reinvenção da roda: roda de conversa, um instrumento metodológico possível. **Temas em Educação**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 95–103, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/18338>. Acesso em: fev. 2025.

NASCIMENTO, Emerson Oliveira do. Colonialidade, modernidade e decolonialidade: da naturalização da guerra à violência sistêmica. **Intellèctus**, [S. l.], ano XX, n. 1, 2021, p. 54-73. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intellectus/article/view/58456>. DOI: <https://doi.org/10.12957/intellectus.2021.58456>.

PEREIRA, Eliete da Silva. O protagonismo digital dos povos originários no Brasil. **Casa Comum** [online], 15/06/2023. Disponível em: <https://revistacasaacomum.com.br/o-protagonismo-digital-dos-povos-originarios-no-brasil/#:~:text=Nos%20%C3%BAltimos%20anos%2C%20os%20povos,da%20atua%C3%A7%C3%A3o%20em%20rede%20amer%C3%ADndia>. Acesso março 2025.

PEREIRA, Paulo César Barros. **O novo arco e flecha dos povos indígenas**: as novas tecnologias como salvaguarda do povo Paiter Suruí em Cacoal, Rondônia. 2020. 129 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2020. Disponível em: <https://ri.unir.br/jspui/handle/123456789/3910>. Acesso em: fevereiro 2025.

PINTO, Alejandra Aguilar. A “Inclusão Digital Indígena” na Sociedade da Informação. In: V ENECULT - ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador, 27 a 29 de maio de 2009. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19128.pdf>. Acesso em: em julho de 2025.

QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos** – CEBRAP, n. 79, p. 71-94, novembro 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/ytPjkXXYbTRxnJ7THFDBrgc/?lang=pt>. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004>. Acesso em: março 2025.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**: globalização e meio técnico-científico. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SILVA, Flávio de Oliveira; SANTOS, Fernando Manoel Brito dos. O sentido de fenômeno e logos na concepção heideggeriana de fenomenologia. **Anãnsi**: Revista de Filosofia, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 134–150, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/anansi/article/view/12611>. Acesso em: fev. 2025.

SOLLITTO, André. Txai Suruí: “Lutamos para não perder os direitos que já temos” [Entrevista]. **Veja** [online], 26 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/ideias/txai-suru-i-lutamos-para-nao-perder-os-direitos-que-ja-temos>. Acesso em: agosto 2024.

SOUSA, Priscila. Aculturação - O que é, conceito e definição. **Conceito.de**. 02 de março de 2022. Disponível em: <https://conceito.de/aculturacao>. Acesso em: maio 2024.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Pesquisa de campo em Geografia**. In: IV ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte-MG, 2002.

WWF-BRASIL. **Sistema de Monitoramento Ambiental completa 6 meses em Rondônia**. WWF-Brasil, 27 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/?84741/Sistema-de-Monitoramento-Ambiental-completa-6-mesesem-Rondonia>. Acesso em: abril 2023.

Recebido para publicação em 25/05/2025

Aceito para publicação em 03/09/2025